



FLORESTAN FERNANDES E O PROTESTO INTELLECTUAL NEGRO NOS ANOS 1970

Rafael Petry Trapp¹

Instituto Federal do Tocantins (IFTO), Dianópolis, TO, Brasil

Resumo: Neste ensaio, conferência para o evento “Florestan Fernandes 100 anos: democracia e mudanças sociais no Brasil”, realizado pela Universidade Estadual de Campinas, em 2020, reflito sobre aproximações e distanciamentos entre a sociologia de relações raciais de Florestan Fernandes e as perspectivas de pesquisadores negros nos anos 1970, principalmente da historiadora Beatriz Nascimento e do sociólogo Eduardo de Oliveira e Oliveira.

Palavras-Chave: Florestan Fernandes; Sociologia de Relações Raciais; Protesto intelectual.

FLORESTAN FERNANDES AND BLACK INTELLECTUAL PROTEST IN THE 1970s

Abstract: In this essay, conference for the event “Florestan Fernandes 100 years: democracy and social changes in Brazil”, held by the State University of Campinas, in 2020, I reflect on connections and distances between the Sociology of Race Relations of Florestan Fernandes and the perspectives of Black researchers in the 1970s, mainly historian Beatriz Nascimento and sociologist Eduardo de Oliveira e Oliveira.

Keywords: Florestan Fernandes; Sociology of Race Relations; Intellectual protest.

FLORESTAN FERNANDES E EL PROTESTO INTELLECTUAL NEGRO EM LOS AÑOS 1970

Resumen: En este ensayo, conferencia para el evento “Florestan Fernandes 100 años: democracia y cambios sociales en Brasil”, realizado por la Universidad de Campinas, en 2020, reflexiono sobre enfoques y distancias entre la sociología de relaciones raciales de Florestan Fernandes y las perspectivas de investigadores negros en la década de 1970, principalmente la historiadora Beatriz Nascimento y el sociólogo Eduardo de Oliveira e Oliveira.

¹ Doutor em História pela UFF. Professor do IFTO, campus Dianópolis. Docente do Mestrado em Ensino e Relações Étnico-raciais da UFSB (Itabuna). E-mail: rafaelpetrytrapp@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7475-2278>

Palabras-clave: Florestan Fernandes; Sociología de Relaciones Raciales; Protesto intelectual.

FLORESTAN FERNANDES ET LA PROTESTATION INTELLECTUELLE NOIRE DANS LES ANNÉES 1970

Résumé: Dans cet essai, conférence pour l'événement "Florestan Fernandes 100 ans: démocratie et changements sociaux au Brésil", organisé par l'Université d'État de Campinas, en 2020, je réfléchis sur les approximations et les distances entre la sociologie des relations raciales de Florestan Fernandes et la perspectives de chercheurs noire dans les années 1970, principalement par l'historienne Beatriz Nascimento et le sociologue Eduardo de Oliveira e Oliveira.

Mots-clés: Florestan Fernandes; Sociologie des Relations Raciales; Protestation intellectuelle.

INTRODUÇÃO

A influência perene do sociólogo Florestan Fernandes nos estudos raciais brasileiros é bem conhecida. Os livros *Branços e Negros em São Paulo* (1959), escrito com o antropólogo francês Roger Bastide, e *A integração do negro na sociedade de classe* (1964), analisaram os vínculos estruturais entre raça e classe e a inserção – vista como – problemática do contingente negro na ordem capitalista, na transição da escravidão para a sociedade de classes, principalmente no contexto regional de São Paulo.

Essas obras mostraram que a estrutura socioeconômica do pós-abolição era atravessada por linhas de cor, e que o preconceito racial dificultava ou mesmo impedia a integração social da população negra paulista. Elas consagraram, ainda, a ideologia da “democracia racial” como um mito, utilizado para acomodar a consciência branca com relação às contradições sociais. A cegueira deliberada das elites republicanas definiu, segundo Fernandes, a falência do “protesto negro”, que, nas primeiras décadas do século XX se levantou contra as injustiças raciais, caso da Frente Negra Brasileira.

Essa perspectiva modificou para sempre a compreensão da situação racial brasileira na história do pensamento social e teve um impacto decisivo na formação dos ativistas que encabeçariam a formação do movimento negro contemporâneo, constituído ao longo dos anos 1970 nas lutas contra a Ditadura Militar. A postura crítica desse sociólogo o tornou um pária durante esse regime, que o perseguiu e exilou, em 1969.

Um ponto importante da trajetória de Florestan Fernandes em seus estudos de raça é o caráter mediador estabelecido entre a sociologia acadêmica e as perspectivas de



intelectuais negros como Jorge Prado Teixeira, José Correia Leite e Geraldo Campos de Oliveira, cujas vidas e ideias basearam a elaboração de suas teses sociológicas, nos anos 1950--60. As aproximações entre sociólogos e pensadores negros vêm recebendo atenção de alguns estudos (SILVA, 2018) e ajudam a pensar a produção de condições para a construção de diálogos e alianças entre acadêmicos e ativistas sociais.

Um aspecto menos conhecido dos desdobramentos teóricos da obra desse sociólogo percorre essa linha mediadora. Trata-se não apenas do reconhecimento das ideias dos intelectuais negros que contribuíram em trabalhos sociológicos, mas do momento em que intelectuais afro-brasileiros, inspirados direta ou indiretamente pelo pensamento de Florestan Fernandes, desenvolveram pesquisas científicas sobre a condição do negro no Brasil nos campos disciplinares das Ciências Sociais e da História. Tal situação aconteceu em ao menos quatro vezes na década de 1970.

PROTESTO INTELECTUAL

Com algum grau de generalização, o “sujeito histórico” dessas investigações pode ser localizado no filme *Compasso de Espera* (1973), que discutia o racismo, os conflitos e os dilemas de classe dos negros em ascensão social. Dirigido por Antunes Filho, narrava a vida de Jorge (Zózimo Bulbul), homem negro de classe média que vivia na cidade de São Paulo entremeadado por preconceitos e dualidades existenciais. De um lado, sua família, negra, pobre e proletária; de outro, a namorada e os amigos, brancos e abastados, habitando um universo que parecia não ter sido feito para alguém como ele (Carvalho, 2006). É um sujeito que, todavia, se encontra inserido numa época em que o entendimento dos negros sobre sua experiência social está se modificando em direção a uma maior consciência de si e da necessidade de mobilização e reflexão contra o racismo.

Censurado em 1969 pelo Serviço Nacional de Informações, foi exibido nos cinemas em 1975. Bulbul disse que ele foi enviado para a “censura no final de 70. [...] Diziam que no Brasil não tinha preconceito racial”. Sintomaticamente, Antunes Filho afirmou ter se inspirado em Florestan: “Me interessava por esse problema. [...] Eu tinha questões [...] profundas que o Florestan Fernandes tinha colocado e que me influenciaram muito [...] Eu faço o negro com os seus problemas” (CARVALHO, 2006).

Uma das primeiras pesquisas acerca desse tema foi a do sociólogo negro Edson Antonio Eustáquio, *Estudo comparativo da evolução do negro estudante universitário*,



nas décadas de 50/60, em São Paulo, feito entre 1971-72 na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Ele desejava analisar a ascensão social e integração profissional de um contingente racial que se qualificava educativamente através da expansão do sistema universitário da época, mas investigar também as contradições do processo, as “causas e consequência das barreiras que o negro encontra nas carreiras profissionais ‘Liberais’”. Atento aos que acontecia nos Estados Unidos, se perguntava: em face do progresso de negros “em países que até a pouco tempo dominava um aspecto desolador [...], de que maneira o Brasil poderá continuar com a sua reputação de sociedade racialmente democrática?” (EUSTÁQUIO, 1971). Ele, que se envolveu na oposição à Ditadura, viajou para a Itália em 1972 e nunca mais voltou, deixando a pesquisa inacabada.

Anos mais tarde, em 1977, o indiano (natural de Goa) Eduardo Judas Barros veio ao Brasil para fazer o doutorado em Sociologia na Universidade de São Paulo (USP) a respeito do surgimento de uma nova classe média negra em São Paulo. Em entrevistas para a imprensa brasileira, afirmou ter desenvolvido o projeto inspirado em pesquisas de Florestan Fernandes, para estudar “o processo de formação da classe média negra e verificar até que ponto ela se está desenvolvendo e o grau de consciência que tem de sua negritude”. Em um ponto mais delicado, sugeriu que uma de suas preocupações era saber se havia um “problema racista no Brasil” (BARROS, 1977 apud TRAPP, 2020). A discussão do racismo, um tabu social fortalecido na Ditadura, chamou a atenção da vigilância policial. Em março de 1977, o Conselho de Segurança Nacional solicitou ao governador de São Paulo que intercedesse na USP para o imediato cancelamento do trabalho, por “ameaça à segurança nacional”, o que se concretizou ao final.

Outro cientista social vigiado por suas ideias foi o sociólogo negro Eduardo de Oliveira e Oliveira, importante ativista e formador intelectual do movimento negro contemporâneo, e que realizou um grande plano de estudos a respeito das transformações da consciência racial do negro paulista no período da Ditadura Militar, em um mestrado e parte de um doutorado em Sociologia na USP (inacabados), entre 1972-1978. Oliveira se projetou pela discussão teórica do negro de seu próprio ponto de vista, para fortalecer sua subjetividade e consciência intelectual, social e política. Por sua atuação pública no Brasil e nos EUA, foi diversas vezes monitorado pelo DEOPS-SP.

No início de 1977, o autor estava finalizando o texto de sua tese, *História e Consciência de Raça*, que buscava um panorama da ideologia racial afro-paulista de 1900 a 1972. Essa pesquisa, que entre 1972-74 fora de mestrado, intitulada *Ideologia Racial*:



estudo de relações raciais, desejava equacionar alguns acontecimentos na transição 1960-1970 que faziam-no suspeitar de uma mudança na consciência racial dos negros em São Paulo, como a eleição de parlamentares negros (Adalberto de Camargo, em 1966, e Theodosina Ribeiro, em 1970); a atuação de entidades como Associação Cultural do Negro e o Centro de Cultura e Arte Negra, e declarações na imprensa “que sugerem atitudes manifestas de conscientização de um grupo minoritário em busca de uma identidade, [...] um ‘valôr’ que possa ser atribuído ao negro social e culturalmente”.

Há um diálogo subterrâneo com Florestan Fernandes – seu professor na graduação em Ciências Sociais da Maria Antonia da USP, nos anos 1960 –, que parece em muitos momentos um “interlocutor oculto” de seu trabalho sociológico. Em seu projeto de mestrado, Oliveira pergunta se a assimilação do negro à sociedade de classes não estaria criando atitudes de inconformismo contra o preconceito racial, o que “faz com que nos questionemos se, na busca de uma ideologia, não estará êle construindo uma consciência histórica com a qual poderá tornar-se o próprio agente de seu destino”.

Contudo, traduzindo críticas da *Black Sociology* norte-americana à Sociologia Branca nos anos 1960-70, Oliveira elaborou estratégias de construção de autonomia epistemológica para a teoria social negra e contrariou a visão “deformadora” da opressão racial histórica. Em um artigo de 1977, o autor reclama “que os negros [...] são obrigados a estudar e ter cursos sobre desvio, desorganização social e problemas sociais, cursos esses que são dados definindo os negros como os perpetradores e criadores de uma patologia social, e não suas vítimas...”. Era referência possível a pelo menos um aspecto importante da obra de Florestan Fernandes e da Escola Sociológica Paulista sobre raça, que implicava uma “visão falsa do negro produzindo [...] liberais paternalistas brancos, que no máximo se sentirão culpados da condição dos negros...”.

No campo da História, quem levou essa teorização mais longe foi Maria Beatriz Nascimento. Em parceria com Oliveira e outros intelectuais e ativistas, a historiadora ajudou a articular os fundamentos intelectuais das lutas afro-brasileiras entre 1970-80, em artigos, conferências e uma longa e nunca finalizada pesquisa de mestrado em História, *Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas*.

Nascimento foi mentora intelectual do Grupo de Trabalhos André Rebouças, que, de 1975 até meados de 1990 reuniu estudantes de graduação da Universidade Federal Fluminense para discutir de forma integrada o racismo na formação social e histórica



brasileira, baseado na premissa de explorar “uma nova forma de abordar as relações raciais [...] a partir de um estudo proferido do Negro enquanto Raça [...]”.

A abordagem teórica “racialista” do processo histórico-social tinha sido tema de seu primeiro artigo publicado, *Por uma história do homem negro* (1974). Ela identifica em Florestan Fernandes “um dos trabalhos mais sérios sobre o negro no Brasil”, mas adverte que “aqueles que buscam somente nestes trabalhos um conhecimento maior da nossa problemática, constatem somente o negro de uma perspectiva social”. Sua apreciação se dirigia mais diretamente ao fato de os intelectuais brasileiros (como Fernandes) não estudarem o negro do ponto de vista especificamente racial, “perpetuando teorias sem nenhuma ligação com nossa realidade racial”, e, assim – continua a dizer –, criarem “teorias mistificadoras, distanciadas desta mesma realidade”.

Como pano de fundo estava a tensão política e teórica entre raça e classe na busca de uma autonomia conceitual dos intelectuais negros por uma dimensão epistemológica propriamente racial do processo social. Isso pode ser percebido em sua conferência na Quinzena do Negro da USP (1977), evento organizado por Eduardo de Oliveira e Oliveira. Nascimento realça que, embora uma determinação econômica tenha motivado a vinda dos africanos para a América Portuguesa (o capitalismo escravista colonial), na instância mais fundamental da organização sociedade estava uma “relação de dominação racial e não a dominação da luta de classe” (NASCIMENTO, 1977). Essa argumentação problematizava ideias em circulação na intelectualidade negra dos anos 1970, especialmente o princípio de uma reflexão sobre o racismo estrutural.

Sua pesquisa de mestrado se contrapunha ao racismo da Historiografia dominante que prendia o negro à escravidão e conduziu sua pesquisa não somente pelo prisma do cativo, mas da liberdade. O quilombo lhe pareceu, então, uma experiência social alternativa em que as noções de coisificação e passividade – atribuídas ao negro – poderiam ser confrontadas com a ideia de uma presença muito mais perturbadora ao sistema escravista colonial: o quilombo como “reduto de homens livres, se relacionando com os outros homens livres ou não da sociedade brasileira”, o que ela denomina de “paz quilombola” (NASCIMENTO, 1977).

CONSIDERAÇÕES FINAIS



As pesquisas acima mencionadas não se concretizaram em seu tempo, pois, entre outros motivos, seus autores sofreram constrangimentos: vigilância policial, perseguição institucional, rejeição acadêmica. Obstruções engendradas na teia difusa do racismo social, que colocou em jogo o que a filósofa Sueli Carneiro chamou de epistemicídio.

Em suas palavras:

O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. (CARNEIRO, 2055, p. 97).

Entretanto, pesquisas históricas (TRAPP, 2020) têm demonstrado que as problematizações desses projetos sobreviveram, e, através de Eduardo de Oliveira e Oliveira e Beatriz Nascimento, informaram uma geração de pensadores e militantes do movimento negro brasileiro contemporâneo. É por isso que a história das inquietações, das dúvidas, enfim, das perguntas, é tão importante quanto a história das respostas.

Mas seus questionamentos influenciaram a renovação da historiografia brasileira da escravidão, a partir dos anos 1980, que passou a mobilizar noções como agência, negociação, subjetividade, e mesmo o pensamento sociológico de Carlos Hasenbalg, que inseriu o racismo no centro do debate sobre a estrutura social brasileira e a reprodução de suas desigualdades, e que, no final da década de 1970, a exemplo de Florestan Fernandes uma década antes, se tornou uma abordagem transformadora e paradigmática, no livro *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* (1979). Esta obra, um marco na Sociologia de Relações Raciais brasileira, imputava ao racismo e à discriminação racial, entre outros fatores, a criação e perpetuação das desigualdades entre os grupos de cor no Brasil no pós-Abolição. O livro era uma contraposição à ideia das desigualdades raciais explicadas como herança ou resíduo histórico do passado escravista, tal como dizia, em linhas gerais, a tese de Florestan Fernandes do livro de 1964. Esses movimentos de mudança teórica tiveram como elemento essencial interlocuções – nem sempre reconhecidas – com a base social do ativismo político negro no Brasil.

Retornando a Florestan Fernandes, lemos carta de 1967 em que ele se via como um “estimulador, [alguém] que se empenha em criar condições para a pesquisa

sociológica”. Em outra carta, de Eduardo de Oliveira e Oliveira para Beatriz Nascimento, em 1978, durante o planejamento de eventos para os 90 anos da Abolição, podemos ler a ideia de uma homenagem ao sociólogo que caberia em 2020, ano de seu centenário:

A questão do Florestan e do Caio Prado é uma atitude pública de prestígio a homens que nortearam os destinos da sociologia e da história e que foram punidos por isso...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

Arquivo do Centro de Documentação e Memória da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Pasta de Edson Antonio Eustáquio.

Arquivo da Unidade Especial de Informação e Memória da Universidade Federal de São Carlos, Coleção “Eduardo de Oliveira e Oliveira”.

Referências

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. Brancos e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 4. ed. São Paulo: *Editora Global*, 2008 [1959].

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese (doutorado em Educação) - FEUSP, São Paulo, 2005.

CARVALHO, Noel S. O produtor e cineasta Zózimo Bulbul: o inventor do cinema negro brasileiro. *Revista Crioula*, São Paulo, v. 12, 2006.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”. 5. ed. São Paulo: *Globo*, 2008 [1964], v. 1.

FREITAG, Bárbara. Florestan Fernandes por ele mesmo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 129-72, 1996.

HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: *Graal*, 1979.

NASCIMENTO, Beatriz. Quilombola e intelectual, possibilidade nos dias da destruição. São Paulo: *UCPA/Filhos da África*, 2018.

SILVA, Mário Augusto Medeiros. Órbitas sincrônicas: sociólogos e intelectuais negros em São Paulo, anos 1950-1970. *Sociologia & Antropologia*, v. 8, n.1, p.109-131, 2018.



TRAPP, Rafael Petry. O Elefante Negro: Eduardo de Oliveira e Oliveira, raça e pensamento social no Brasil. São Paulo: *Alameda*, 2020.

Recebido em: 30/11/2020

Aprovado em: 14/04/2022